



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

RESOLUÇÃO Nº. 005/2016

De 07 de dezembro de 2016

Autoria: Mesa Diretora da Câmara Municipal

Dispõe sobre a instituição do Controle Interno do Poder Legislativo do Município de Américo Brasiliense e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE AMÉRICO BRASILIENSE, ESTADO DE SÃO PAULO, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 56 parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Américo Brasiliense, e de acordo com o que aprovou o plenário em Sessão Ordinária realizada no dia 05 de dezembro do corrente ano, promulga o seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º Fica instituída a Controladoria Interna da Câmara Municipal de Américo Brasiliense, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos administrativos, vinculada diretamente à Mesa Diretiva, com o objetivo de avaliar a ação administrativa e a gestão fiscal dos administradores deste Legislativo, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, e tendo as seguintes atribuições:

- I. Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução das metas do orçamento da Câmara, no mínimo uma vez por ano;
- II. Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Câmara Municipal e examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;
- III. Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, economicidade e razoabilidade;



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

- IV. Exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de caução e fianças;
- V. Exercer o controle sobre os créditos adicionais, bem como a conta "restos a pagar" e "despesas de exercícios anteriores";
- VI. Realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;
- VII. Elaborar e submeter ao Presidente estudos, propostas de diretrizes, programas e ações que objetivem a racionalização da execução da despesa e o aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- VIII. Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, excetuadas as nomeações para o cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;
- IX. Verificar os atos de aposentadoria para posterior registro no Tribunal de Contas;
- X. Comunicar ao Presidente da Câmara qualquer ilegalidade de ato ou contrato, a fim de que o mesmo adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados, comunicando ao Tribunal de Contas do Estado, no caso de não terem sido tomadas as providências para regularização da situação apontada no prazo de 60 (sessenta) dias;
- XI. Outras atividades correlatas:

Parágrafo único. A Controladoria, unidade setorial de controle interno do Poder Legislativo, relacionar-se-á com a Coordenadoria de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, no que diz respeito às instruções e orientações normativas de caráter técnico-administrativo, com o objetivo de proteger o patrimônio público contra erros, fraudes e desperdícios.

Art. 2º As atribuições da CONTROLADORIA devem ser exercidas por um Controlador Interno, contratado por meio de concurso público, ocupando cargo de provimento efetivo. Como requisito para preenchimento do cargo, é necessário possuir escolaridade de nível superior em uma das seguintes áreas: Ciências Contábeis, Economia, Administração ou Direito (Resolução nº 001/2016).



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

§ 1º Para o desempenho de suas atribuições, o Controlador Interno deverá emitir instruções normativas, de observância obrigatória na administração da Câmara Municipal, com a finalidade de regular os procedimentos do controle interno em todos os setores. As instruções normativas deverão ser assinadas pelo Controlador Interno em conjunto com o Presidente da Câmara e o Setor Jurídico, com a finalidade de normatizar Atos e Ações dos Agentes Públicos, evitar irregularidades, ilegalidades e responsabilizações.

Art. 3º Constituem-se garantias do ocupante do cargo de Controlador Interno:

- I. independência profissional para o desempenho das atividades;
- II. o acesso a documentos e banco de dados indispensáveis ao exercício das funções de controle interno;

§ 1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da CONTROLADORIA no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§ 2º Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, deverá ser dispensado tratamento especial de acordo com o estabelecido em ordem de serviço expedida pelo Presidente da Câmara Municipal.

§ 3º O servidor que atuar na Controladoria deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

Art. 4º Para o cumprimento das atribuições previstas no art. 1º, a Controladoria:

- I. determinará, quando necessário, a realização de inspeção ou auditoria sobre a gestão dos recursos da Câmara Municipal;
- II. utilizar-se-á de técnicas de controle interno e dos princípios de controle interno da INTOSAI - Organização Internacional de Instituições Superiores de Auditoria;



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

- III. verificará as prestações de contas dos recursos públicos recebidos pela Câmara Municipal;
- IV. utilizar-se-á de pareceres, ofícios, relatórios e instruções normativas;

Art. 5º Além do Presidente e do Contador, o controlador assinará conjuntamente o Relatório de Gestão Fiscal do Chefe do Poder Legislativo e o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, ambos previstos, respectivamente, nos artigos. 52 e 54 da LC nº 101/2000.

Art. 6º A CONTROLADORIA cientificará, periodicamente, o Presidente do Poder Legislativo sobre o resultado das suas respectivas atividades, devendo elaborar o Relatório do Controle interno, que deverá conter, no mínimo:

- I. as informações sobre a situação físico-financeira dos projetos e das atividades constantes do orçamento da Câmara Municipal;
- II. apuração de atos ou fatos inquinados de ilegais ou de irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos repassados à Câmara Municipal;
- III. avaliação de desempenho, conclusão e recomendações acerca das atividades administrativas da Câmara Municipal;

Art. 7º Constatada irregularidade ou ilegalidade pela Controladoria, esta cientificará a autoridade responsável para a tomada de providências, devendo, sempre, proporcionar a oportunidade de esclarecimentos sobre os fatos levantados.

§ 1º Não havendo a regularização das irregularidades ou ilegalidades, ou não sendo os esclarecimentos apresentados como suficientes para elidi-las, o fato será documentado e levado formalmente ao conhecimento do Presidente da Câmara Municipal, e, devidamente arquivado, permanecerá à disposição do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Em caso de não serem tomadas as providências pelo Presidente da Câmara Municipal para a regularização da situação apontada, a Controladoria comunicará o fato ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária do Controlador Interno.

Art. 8º A Tomada de Contas dos administradores e responsáveis por bens e direitos que atuem na Câmara Municipal e a prestação de



Câmara Municipal de Américo Brasiliense

contas do Chefe do Poder Legislativo será organizada pela CONTROLADORIA.

Parágrafo Único. Constará da Tomada e da Prestação de contas de que tratam este artigo, relatório resumido da Controladoria sobre as contas tomadas ou prestadas.

Art. 9º A Controladoria participará, obrigatoriamente:

- I. dos processos de expansão da informatização da Câmara Municipal, com vistas a proceder à otimização dos serviços prestados pelos subsistemas de controle interno;
- II. da implantação do gerenciamento pela gestão da qualidade total na administração municipal;
- III. de treinamentos e cursos de capacitação, que visem o aprimoramento de seu trabalho;

Art. 10 As despesas do Controle Interno do Poder Legislativo correrão à conta de dotações próprias fixadas no Orçamento do Poder Legislativo.

Art. 11 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Américo Brasiliense, aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis).

DIEGO RODRIGUES DE SOUZA
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal, na data supra.

RITA DE CÁSSIA AMBROZINI
Assistente Legislativo